

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

MARTA GOELZER

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS**

Santa Maria/RS
2015

MARTA GOELZER

**GESTÃO DEMOCRÁTICA E A INCLUSÃO DOS ALUNOS COM NECESSIDADES
EDUCATIVAS ESPECIAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão da Educação, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora:
Prof. ^a Monique Robian Montano.

Santa Maria/RS
2015

RESUMO

Hoje, falar em direito à educação, voltado para uma educação mais justa e democrática, é falar de inclusão e escolas inclusivas, que devem assegurar uma educação de igualdade para todos, reiterando os direitos e os benefícios, também no acesso e permanência para os alunos com necessidades educacionais especiais também na educação infantil. O presente trabalho teve como foco uma pesquisa sobre inclusão escolar e as ações dos gestores de ensino diante de toda esta nova complexidade, possibilitando a investigação de algumas propostas, documentos e leis no que se refere à inclusão escolar na educação infantil. O estudo de caso proporcionou a análise da importância de avaliação das práticas políticas e pedagógicas institucionais para que possam garantir o incremento da qualidade do ensino, tanto para os alunos com necessidades educacionais especiais, quanto para os demais. O questionário realizado com o gestor e professores da instituição possibilitou evidenciar que a escola é inclusiva, mas, ficando demonstrado que há a necessidade de melhorias para este atendimento, tais como, capacitação adequada de profissionais e sala de recursos para proporcionar um melhor direcionamento a suas práticas pedagógicas. Os dados expressam um retrato da necessidade de ações dos gestores em prol de uma escola mais inclusiva, buscando na formação continuada e no Projeto Político Pedagógico desta escola o envolvimento de todos a respeito das questões pedagógicas que permeiam a construção do conhecimento e de uma educação de qualidade para todos, tal como previsto em Lei.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Gestão Democrática, Direito à Educação.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 CONTEXTO DA ESCOLA E DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO.....	7
3 REFERENCIAL TEÓRICO	10
3.1 DIREITO À EDUCAÇÃO.....	10
3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	14
3.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA	16
4 METODOLOGIA.....	20
4.1 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA.....	21
4.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA	21
5 ANÁLISE DAS AÇÕES.....	22
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	29
APÊNDICE – A: QUESTIONÁRIO UTILIZADO NA PESQUISA	32

1 INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo analisar a inclusão de crianças em instituições de educação infantil, especialmente na escola de Educação Infantil do município de Quinze de Novembro. Através de uma revisão bibliográfica, a ideia é buscar compreender o uso do termo "inclusão" e a sua relação com o cuidado e a educação presentes no cotidiano de escolas de educação infantil, instigando possíveis caminhos para uma pedagogia inclusiva e comprometida com o desenvolvimento infantil. São objetivos ainda: compartilhar dúvidas e inquietações acerca da prática pedagógica; socializar experiências positivas e dificuldades encontradas na construção de uma educação infantil inclusiva; refletir sobre o papel da mediação social para a necessária transformação cultural no interior da escola.

Busquei, portanto, nos meus relatos e escritos, resgatar alguns estudos sobre a inclusão e o contexto histórico da educação infantil, de modo a entender os movimentos e as mazelas existentes no cotidiano em que o presente trabalho foi elaborado. Diante das várias dificuldades vivenciadas por mim e por colegas de trabalho com relação à inclusão de crianças na escola de Educação Infantil do município de Quinze de Novembro, senti a necessidade de pesquisar, estudar e entender um pouco a temática de inclusão de crianças com deficiências nas creches – tema tão importante no nosso dia a dia.

Depois de entrar em contato com a unidade e receber a autorização, fui a campo para visitar e conversar com os profissionais das unidades. Foram várias visitas e conversas. Nas minhas idas e vindas e no meu cotidiano da escola, percebia certa angústia dos profissionais com relação ao trabalho pedagógico a ser realizado em um ambiente tão cheio de diversidades e desafios. E nesse dia a dia fui me envolvendo com as angústias e percebendo que a formação seria a base para que a inclusão no ambiente de educação infantil se tornasse de qualidade.

Por fim, um gestor deve ter uma prática educativa pautada na ética, autonomia, competência, autoridade (que pode ser confundida com autoritarismo) liberdade, reflexão crítica da prática pedagógica e que pesquise e busque novas estratégias inclusivas.

Sabemos que o gestor tem papel fundamental na promoção da inclusão escolar, inclusive em prover uma escola que atenda a todas as diferenças. A escola deve ser vista como um espaço para todos, um espaço democrático, que abrace a diversidade, onde haja a busca de práticas inclusivas que atendam às necessidades da atual realidade. Construir a escola inclusiva significa articular a democracia, participação e autonomia. Com esta visão

buscamos construir juntos, um trabalho coletivo, de novos horizontes e planejar ações que possam favorecer a inclusão no processo democrático, com ações diretas, visando colocar em prática ações do PPP da escola.

Ao analisar o papel do gestor na construção do processo da educação inclusiva e suas práticas na gestão no processo de inclusão, é possível identificar as dificuldades do mesmo e da comunidade escolar no processo de inclusão dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, e uma busca constante para qualificar este trabalho.

2. CONTEXTO DA ESCOLA E DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

O Estudo foi realizado na Escola Municipal de Educação Infantil Pequeno Polegar Professora Gerarda Michels Prante, que iniciou suas atividades no ano de 1994. No ano de 2012 mudou-se para uma Unidade do Pró Infância, ambiente maior e adequado para atender crianças de zero a cinco anos de idade, nos turnos manhã e tarde, oferecendo atendimento integral, totalizando 163 crianças. Sendo que entre as crianças atendidas temos 01 aluno com baixa visão, 01 com deficiências múltiplas e autismo e 01 aluno com capacidade mental inferior. Para atender a este número de alunos a escola conta com um quadro de funcionários que é composto por 21 Auxiliares de Ensino, 05 professoras, 12 Estagiárias CIEE, serventes, cozinheiras, diretora e supervisora. Seu horário de funcionamento é das 07 horas da manhã às 18 horas da tarde.

Os fundamentos pedagógicos estão firmados no PPP da escola que tem por objetivo cuidar e educar numa abordagem holística entendendo a criança como ser humano integral interagindo intensamente com o seu meio social e em constante crescimento e desenvolvimento.

O espaço físico é organizado para atender as necessidades básicas dos estudantes, sendo que a escola não possui uma sala de recursos para o atendimento das crianças com necessidades educativas especiais e profissional especializado. A escola conta com um equipe de apoio que atende toda a rede municipal, formada por Psicologia, Psicopedagoga e fonoaudióloga que realizam o atendimento individual devidamente encaminhado pela professora. O atendimento direcionado a estes casos específicos são repassados a escola APAE do município vizinho, na qual a Prefeitura Municipal tem um convênio firmado para o atendimento das crianças de todo o município de Quinze de Novembro, sendo fornecido transporte para estes alunos.

As crianças que frequentam a escola em estudo são da zona rural e da cidade, sendo a maioria dos alunos origem alemã. Por ser uma comunidade pequena, a escola possui um diálogo aberto com os pais da comunidade escolar, possibilitando uma troca diária com pais, gestão escolar, professores e educadoras.

O Projeto Político Pedagógico da escola foi elaborado no ano de 2010, com a participação da comunidade escolar, gestores, professores e DMED. Sendo discutido também em conjunto com o Conselho Municipal de Educação.

A clientela atendida na escola é heterogênea e provêm da classe popular. O ser humano traz uma bagagem de experiências e situações vividas, e necessita de oportunidade e

de espaço onde possa num clima de acolhida e respeito, partilhar estes sentimentos e emoções. Portanto, através desta sociabilização vamos nos libertando das amarras do passado, o que vai possibilitando que o desempenho de nossas tarefas aconteça num clima de confiança com todos que caminham conosco, buscando sempre um novo sentido e uma adequada qualificação em prol de nossa prática, de nosso agir junto aos educandos.

A concepção atual de conteúdos flui das necessidades da sociedade que exige a formação do cidadão com um novo perfil, repensando as concepções de sociedade, vinculadas à realidade de cada comunidade, incluindo como conteúdo a aprendizagem aquilo que devemos saber fazer e aquilo que devemos ser.

A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentada na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à ideia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola. O ensino para todos desafia o sistema educacional e a comunidade escolar, que se inclui num movimento vivo e dinâmico de fazer uma educação que assume o tempo presente como uma oportunidade de mudança e do respeito às diferenças.

O plano deixa claro suas metas tendo por base os planos de estudos e regimento interno da escola, zelando pela qualidade e qualificação dos profissionais, valorizando a criança e sua família. A inclusão está presente no plano para assegurar direitos e condições de acesso e permanência na escola. Sendo este um ponto que requer atenção pois escola atende crianças especiais, que necessitam um atendimento especializado, não tendo sala de recursos nem profissional especializado para atender esta demanda. Sendo este um dado que deixa alguns questionamentos.

A escola não possui conselho escolar, sendo este um elo muito importante entre família e escola, mas tem um diálogo aberto e direto com os pais através de trabalho pedagógico desenvolvido em conjunto com a família, reuniões com o CPM da escola para a tomada de decisões, deixando claro a proposta de gestão democrática, valorizando o trabalho em conjunto com a equipe gestora e comunidade escolar, voltando seu trabalho também na questão da inclusão, pois a escola reconhece as dificuldades encontradas com a inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais, e realiza em conjunto com professores, educadoras, família e colegas envolver a todos nas atividades realizadas visando a diversidade como uma oportunidade de aprendizagem buscando novos caminhos.

Na escola hoje uma gestão democrática se faz de forma participativa da comunidade escolar, professores e educadoras tendo total apoio do CPM da escola, foi relatado que a escola não possui Conselho Escolar, mas a gestão está se organizando para o ano que vem organizar sua criação.

A direção também deixa claro que a construção do PPP da escola foi em conjunto com a comunidade oportunizando a participação de todos os segmentos e em conjunto com a equipe diretiva.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico utilizado no desenvolvimento desse trabalho constitui a base legal e teórica para as futuras análises das ações desenvolvidas, ou seja, princípios da gestão democrática.

3.1 DIREITO À EDUCAÇÃO

Nascemos e crescemos em uma sociedade que foi adquirindo direitos no passar dos anos, e com eles evoluímos muito no que diz respeito a educação.

Como sujeitos de direito, temos direitos e deveres também com nossa sociedade, que seria um mito se dissemos que todos tem direitos iguais, pois isto não acontece. Por lei todos somos iguais, mas na prática temos grandes diferenças entre classes sociais, interesses econômicos, direito ao acesso à educação entre outros.

O movimento da sociedade civil nos últimos anos vem produzindo e constituindo novos direitos, na defesa e no respeito as diferenças e pela superação das desigualdades. Quando estudamos e trabalhamos do ponto de vista educacional, dos seus indicadores, as desigualdades estão claramente marcadas, no tratamento desigual destinado as faixas etárias, nas questões de gênero, de etnia e raça, nos grupos vulneráveis, o rural, o urbano. Temos que mostrar que o educando, o estudante, tem cor, tem sexo, um lugar social em que ele está inserido, além de sua condição de classe social. (Haddad & Graciano, 2006, p. 05).

Ao longo da história, houve períodos em que o acesso à educação era privilégio das famílias mais favorecidas. Em nosso país na época do Brasil Império, a Constituição Federal de 1934, declara, pela primeira vez no Art. 140: “a educação é direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos poderes públicos”. (BRASIL, 1988). Sendo a atual Constituição Federal de 1988, a maior prova dos avanços significativos em relação aos direitos educacionais deixando claro a educação como um direito social.

Um dos exemplo que temos é o processo que passou a educação infantil quando universalizada, passando a fazer parte da etapa da educação básica, conquista está a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei 9394/96) que passou-se a utilizar a expressão educação infantil para todas as instituições de educação de crianças de zero a cinco anos, garantindo assim o direito da criança a um espaço para garantir sua infância. Garantindo um espaço próprio para desenvolvimento infantil, conforme já afirmava Drago (2011, p. 34):

Atualmente, nosso país possui uma legislação moderna e vibrante no que concerne à Educação Infantil. Pode-se afirmar que nunca houve uma legislação tão enfática e consistente no que se refere aos direitos da criança.

Mas segundo o autor o que seria estes direitos garantidos. As diferenças sociais são vistas por décadas, as diversidades apresentadas no decorrer de nossa história educacional nos faz pensar nas nossas diferenças culturais, sociais que vivemos no dia a dia. Diversidade que nos ajuda a crescer e entender que cada sujeito dentro de sua cultura tem seus direitos e deveres.

Neste passar de anos e luta por direitos iguais a todos, uma classe passou sempre despercebida até poucos anos, que seria as crianças com necessidades especiais que foram excluídas do direito à educação e vista de forma diferente pela sociedade.

A pessoa com deficiência, sempre foi considerada como alguém fora dos padrões normais pela ótica histórico cultural, que sempre ditou critérios para a normalidade.

Com os avanços dos Direitos Humanos, registrou-se um considerável progresso nas conquistas da igualdade, tendo como grande enfoque a busca da inclusão destas pessoas historicamente marcadas pela segregação, pelo preconceito e pela rejeição.

A ideia de inclusão está alicerçada no princípio da igualdade e diversidade, em consonância com uma sociedade mais justa. De acordo com Carvalho (2007), a Educação Inclusiva defende uma escola aberta a todos, uma vez que nossa sociedade é plural e democrática, oferecendo subsídios e iguais oportunidades para que os alunos ingressem, permaneçam e principalmente, participem do processo de aprendizagem, sendo construtores do seu próprio conhecimento.

A Declaração de Salamanca (1994), resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, que aconteceu em junho de 1995, afirma que todos devem ser recebidos em qualquer escola sem discriminação de natureza alguma, seja quanto às suas condições intelectuais, físicas, sociais ou qualquer outra. Assim crianças com deficiências devem ser acolhidas independentes de sua condição.

A inclusão deve acontecer e o primeiro passo deve ser dado na educação infantil, pois as diferenças e diversidades devem ser vistas e conciliadas nas escolas. Registram-se avanços, na conquista de igualdade e do exercício de direito através de marcos legais que vieram para fortalecer a educação inclusiva. Merecem destaque:

a) A Constituição Federal (1988)

Assegura que é objetivo da República Federativa do Brasil “promover o bem de todos, sem origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (artigo 3º, Inciso IV). Em seu Artigo 5º, a Constituição garante o princípio de igualdade:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...). (BRASIL, 1988).

Além disso, a Constituição Federal garante em seu Artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Em seguida, no Artigo 206, estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. O Atendimento Educacional Especializado, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, também é garantido na Constituição Federal (Artigo 208, Inciso III), (BRASIL, 1988).

Portanto, a Constituição Federal garante a todos os alunos a frequência no ensino regular, com base no princípio de igualdade. Assim, todo aluno tem direito de estar matriculado no ensino regular e a escola tem o dever de matricular todos os alunos, não devendo discriminar qualquer pessoa em razão de uma deficiência ou sob qualquer outro pretexto.

b) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96

Aponta que a educação de pessoas com deficiência deve dar-se preferencialmente na rede regular, sendo um dever do Estado e da família promovê-la. O objetivo da escola, segundo a lei, é promover o pleno desenvolvimento do educando, preparando-o para a cidadania e qualificando-o para o trabalho. É importante destacar que a LDBEN garante, em seu Artigo 59, que os sistemas de ensino assegurarão aos alunos com necessidades especiais:

- currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos para atender as suas necessidades;

c) Estatuto da Criança e do Adolescente ECA (1990)

No Art. 53. Salaria que toda criança e ao adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

d) Lei nº 7853/89

Prevê a oferta obrigatória e gratuita da Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino, considerando crime a recusa de alunos com deficiência em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado.

e) Lei nº 13.146

Institui a Lei Brasileira de Inclusão de Pessoas com Deficiência (estatuto da Pessoa com Deficiência) destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania

f) Decreto nº 6.571/2008

Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, consolida diretrizes e ações já existentes, voltadas à educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Ele regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9394/1996, destinando recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) ao atendimento educacional especializado de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/super dotação matriculados na rede pública de ensino regular. Esse documento define o Atendimento Educacional Especializado como sendo “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular” (Artigo 1º, Parágrafo 1º). Consta ainda neste decreto, as ações que serão realizadas pelo Ministério da Educação para o Atendimento Educacional Especializado. Dentre essas ações estão a implantação de Salas de Recursos Multifuncionais, a formação de professores para o AEE, a formação de gestores e professores para a educação inclusiva, as adaptações arquitetônicas das escolas, a produção e distribuição de recursos para a acessibilidade.

g) Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP)

No Projeto Político Pedagógico consta as principais características da escola, a concepção de educação, estratégias pensadas e analisadas dentro do contexto da realidade, considerando necessidades e possibilidades, partindo de uma reflexão de conceitos: escola, sociedade e ser humano.

Conforme Gadotti (citado por Veiga, 2001, p.18):

Todo projeto supõe ruptura com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores.

A educação infantil tem um papel muito importante marcada pelo seu cunho assistencial e filantrópico, podemos dizer que a educação especial inclusiva segue o mesmo trajeto, pois agora é de responsabilidade das escolas o acesso e permanência da criança na

instituição. Tendo no PPP da escola as ferramentas para alavancar seus conceitos, promovendo uma construção coletiva do projeto escola e comunidade, abordando temas geradores como a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais.

3.2 GESTÃO DEMOCRÁTICA

Uma escola de qualidade para todos, que respeita o indivíduo com suas diferenças e limitações que trata a criança como agente de sua própria aprendizagem, parece uma utopia, porém uma revolução no sistema de ensino é capaz de proporcionar a escola sonhada por todos.

Uma escola reinventada que rompe os princípios da escola tradicional e apresenta uma nova concepção de educação com princípio de que não é possível ensinar a todos como se fosse um só, libertando-se das classes, dos manuais e testes de aprendizagem, onde o professora almeja que os alunos aprendam melhor, descubram-se como pessoas, que vejam o outro como pessoa e sejam felizes na medida do possível.

A gestão democrática é uma forma de gerir uma instituição de maneira que possibilite a participação transparente e democrática. No qual a Constituição Federal de 1988 consagra os princípios da democracia dos deveres e direitos. Nesta constituição de democracia entra em discussão as políticas educacionais estabelecidas pela Constituição Federal, pela LDB e pelo PNE que nos guiam e que as diferentes concepções da sociedade brasileira.

O conceito de “Gestão” parte da ideia de agir, de chamar para si, a participação, analisando situações, tomando decisões e agindo sobre elas sempre no coletivo. Conforme Lück (1997) a gestão, dentro do campo educacional, provocou mudança no seu conceito que passou a ser caracterizada pelo reconhecimento da participação dos indivíduos nas decisões e sendo associado com a democratização do fazer pedagógico efetivos e significativos. Assim para Souza (2006, p. 125):

A Gestão democrática é aqui compreendida, então como um processo político no qual as pessoas que atuam na/ sobre a escola identificam, deliberam e planeja, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas.

A LDB (9.394/96), ao determinar que os sistemas de ensino definam as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas particularidade, no artigo 3º, também a LDB/96 no seu Art. 12 apresenta as determinações, no

tocante à gestão democrática, as quais levam em consideração que as escolas devem articular-se com as famílias e a comunidade de forma integrada.

E segundo Cury (2005) a gestão democrática é uma forma não violenta de todos se capacitarem para se chegar a um PPP de qualidade e que esta participação seja compromissada com ações organizadas.

Neste sentido, a práxis da gestão democrática rompe paradigmas e realiza transformações nas rotinas administrativas das escolas, com a cooperação de toda a equipe escolar e comunidade, não só em eventos escolares, mas sim em tomadas das decisões no que se refere às questões políticas educacionais da escola.

Justamente na escola democrática que os indivíduos conhecem e reconhecem seus direitos e deveres. E a escola efetivada pela participação de todos que dela fazem parte contribuem para que a inclusão escolar aconteça. Pois gestão democrática seria a comunicação e envolvimento coletivo com a participação de vários segmentos.

Para que essa escola seja concretizada, é imprescindível a redefinição e a aplicação de novas alternativas e práticas pedagógicas compatíveis com a inclusão. A LBD, em seu artigo 14, diz: [...] os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: participação da escola; participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes (BRASIL, 1996).

Para atender a todos da melhor forma, as escolas atuais devem rever seus projetos políticos pedagógicos a partir de uma gestão democrática, com intuito de requerer uma política coletiva visando a melhoria na educação, já que tais mudanças não ocorrem por acaso nem por decretos e pensando nisso, a escola deve reformular seus espaços e rotinas aperfeiçoando suas atividades extracurriculares para o bom aproveitamento de todos.

Justamente nesta escola democrática que os indivíduos conhecem e reconhecem seus direitos e deveres, com a participação aberta de toda a comunidade, pais, professores e educadores, deixando claro as ações de uma gestão democrática para que a inclusão escolar aconteça e garantindo o direito a educação de qualidade para os alunos com Necessidades Educativas Especiais.

Neste pensamento cabe ao gestor escolar propor a sua instituição uma prática inclusiva envolvendo-se na organização de reuniões pedagógicas, desenvolvendo ações de reflitam na acessibilidade, tomando providencias administrativas necessárias à implementação de projetos e ações inclusivas.

E Carvalho (2007) aponta outros caminhos para a construção da escola inclusiva: valorização profissional dos professores, aperfeiçoamento das escolas e do pessoal docente, utilização dos professores das classes especiais e trabalho em equipe. Na visão do autor as escolas inclusivas são para todos, atendendo as diferenças de cada um, de acordo com suas necessidades, independentemente de suas dificuldades temporárias ou não.

A verdadeira democracia escolar só pode ser denominada assim quando houver a participação de toda a comunidade escolar nos debates, discussões, reflexões, ações e tomadas de decisões de forma que possam colaborar no processo educativo e na garantia de uma verdadeira inclusão escolar, e assim não bastam apenas leis que regulamentem essa participação, e sim a elaboração de ações que possam assegurá-las de fato pelo gestor escolar. Todo este trabalho envolve a comunidade escolar com a participação e interesse em fazer deste processo o uso coletivo e democrático.

3.3 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na história, as crianças com necessidades educativas especiais, nunca foram aceitas na sociedade, e ficavam sem direito de acesso à educação. O conceito de Necessidades Educativas Especiais passou a ser conhecido, adotado e redefinido a partir da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), passando a abranger todas as crianças e jovens cujas necessidades envolvam deficiência ou dificuldades de aprendizagem. Desse modo, passou-se a abranger tanto as crianças em desvantagem como as chamadas sobre dotadas, bem como crianças de rua ou em situação de risco, que trabalham, de populações remotas ou nômades, pertencentes a minorias étnicas ou culturais, e crianças desfavorecidas ou marginais, bem como as que apresentam problemas de conduta ou de ordem emocional.

A partir de 1988, com a Constituição Federal e as Lei de Diretrizes e Base da Educação - LDB – 9394/96, aconteceram mudanças no acesso dos especiais e na inclusão desses estudantes em classes comuns. “Assegurarão aos educandos com especiais, currículo, método, técnica, recursos educativos e organização específica para atender às necessidades” (BRASIL, 1996, p. 44). Entendo-se por Educação Especial, para os efeitos da lei 9.394/96-LDB a modalidade de Educação Escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com Necessidades Educativas Especiais.

Alguns autores concordam sobre a importância da educação infantil para o desenvolvimento da criança:

[...] a educação infantil, proposta nos espaços da creche e pré-escola, possibilitará que a criança com deficiência experimente aquilo que outros bebês e crianças da mesma idade estão vivenciando: brincadeiras corporais, sensoriais, músicas, histórias, cores, formas, tempo e espaço e afeto. Buscando construir bases e alicerces para o aprendizado, a criança pequena com deficiência também necessita experimentar, movimentar-se e deslocar-se (mesmo do seu jeito diferente); necessita tocar, perceber e comparar; entrar, sair, compor e desfazer; necessita significar o que percebe com os sentidos, como qualquer outra criança de sua idade (BERSCH; MACHADO, 2007, p.19)

Portanto, não basta apenas inserir um aluno com necessidades especiais, é preciso que haja diversidade nos sistemas escolares e mudança na busca desse atendimento para que realmente seja atingido o objetivo proposto na LDB. Esta lei atual ressalta a importância das escolas receberem os alunos com necessidades educativas especiais, e Educação Infantil é sim uma das primeiras portas a acolher a educação especial, pois nela a criança inserida passa a ser vista por um outro olhar. As crianças não tem o olhar da diferença e sim os olhos da diversidade. Podemos compreender que a educação inclusiva é uma modalidade que perpassa todos os níveis de ensino da educação básica ao ensino superior.

Incluir vem do latim *includere*; que significa compreender, abranger; conter em si, envolver, implicar; inserir, intercalar, introduzir, fazer parte, figurar entre outros; pertencer juntamente com outros.

Segundo Montoan (2003) “ Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, quanto mais cedo desenvolver esta capacidade de conhecer e entender o outro, mais fácil será reconhecer e entender as diferenças, respeitando e diminuindo a distancia e fazendo com que elas no dia a dia oportunizando a escola a viabilizar este contato tão importante, cultivando desde cedo nas crianças a importancia da valorização.

A lei diz que é direito de todos à educação, portanto cabe à escola aprender a conviver com as diferenças e traçar caminhos que levem de fato a inclusão. A LDB fala de igualdade, respeito, qualidade dos direitos, cabe a todos nós cumprí-las ou cobrar o seu cumprimento para que os alunos com necessidades educativas especiais sejam realmente atendidos na sociedade e na escola, pois tratar da educação para todos é uma tarefa inacabada, como vimos a todo o momento leis, decretos e declarações são aperfeiçoados para o cumprimento da inclusão, cabe a nós como cidadãos com direitos e deveres fazer jus ao que

se referem constituições inclusivas encarando todo esse paradigma de frente com o compromisso de respeitar as diferenças na igualdade do ensino (BRASIL, 1996).

Para tudo isto acontecer é necessário que a escola através do gestor e aliado com o PPP da escola, possa capacitar os profissionais, com formação continuada adequando suas práticas pedagógicas a diversidade de aprendizagens.

Transformar a escola significa, portanto, criar as condições para que todos os alunos possam atuar efetivamente nesse espaço educativo, focando as dificuldades do processo de construção para o ambiente escolar e não para as características particulares dos alunos (INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2010, p. 34).

Os profissionais de educação realmente desejam uma educação inclusiva, pois acreditam que esta nova concepção e quebra de paradigmas possibilita a sonhar com uma escola inclusiva, Criando caminhos abrangentes para os alunos de maneira geral nos permite repensar a maneira de como devemos nos preparar para as mudanças pedagógicas. Salas multifuncionais, cursos preparatórios de capacitação docente, projetos sociais, dentre outros, pode ser a chave para ressignificar a educação respeitando as diferenças e promovendo o ensino igualitário.

Sabemos que educar uma criança com necessidades educativas especiais é uma experiência nova para o professor e também um desafio. Para ensinar a turma toda se parte do pressuposto que todo educando pode aprender, porém, nos métodos e no jeito que lhe são apropriados, portanto é essencial que todo professor nutra uma elevada expectativa pelo aluno.

O sucesso da aprendizagem está em explorar, possibilidades, talento e as predisposições atuais do aluno. As deficiências, as dificuldades, e limitações precisam ser reconhecidas, mas não devem restringir o processo de ensino. As escolas devem avaliar as inovações em seu projeto político pedagógico para julgarem a necessidade de programar propostas inclusivas na escola comum.

Segundo Drago (2011), é possível encontrar duas reflexões distintas do que é hoje Educação Infantil. A primeira que considera a criança de zero a cinco anos um ser em desenvolvimento e que precisa da educação para vir a se tornar alguém, é a concepção de uma educação voltada para a criança embasada por dispositivos legais e estudos realizados neste campo; a segunda que também considera a criança como um ser em desenvolvimento, porém como um sujeito ativo, em transformação, mediador de cultura e produtor de seu conhecimento. Discorrer sobre a inclusão na Educação Infantil, especialmente com relação à

infância na creche, implica no reconhecimento desse espaço como direito da criança na primeira etapa da Educação Básica.

Neste sentido, faz-se necessário rever os conceitos da educação inclusiva, pois ela é o principal alicerce para o desenvolvimento social das pessoas com necessidades especiais. Fazendo também as famílias compreenderem a importância da inclusão, e reconhecer que seus filhos tem o direito a ela, e a educação infantil no ensino regular é a primeira porta que se abre.

Entretanto se deve ressaltar que deixar um aluno com necessidades educativas especiais em uma sala regular e não atender as suas necessidades, não é inclusão, pois as dificuldades existem e quando passamos a observá-las de forma crítica, o trabalho pode ser mais bem planejado. Portanto é essencial que o poder público, federal, estadual e municipal encare os problemas referentes à educação para todos de frente, não como um favor a nós e sim como uma obrigação para todos, obrigação esta que deve ser cumprida.

Sabe-se que tratar de Inclusão Escolar de fato ainda é divergente, não se tem um único método, ou fórmula para ter êxito no que tange a proposta inclusiva. Propor medidas, conceitos e reavaliações educacionais sobre como ensinar e como aperfeiçoar os docentes para esse tipo de educação torna-se a ferramenta imprescindível ao alcance dos objetivos que a escola inclusiva propõe ao aluno as crianças com necessidades educativas especiais.

4 METODOLOGIA

Para Franco (2005) a pesquisa – ação tem sido utilizada, nas últimas décadas, de diferentes maneiras, a partir de diversas intencionalidades, passando a compor um vasto mosaico de abordagens teórico-metodológicas, o que nos instiga a refletir sobre sua essencialidade epistemológica, como práxis investigativa.

Para a realização desse trabalho, foi realizado um estudo de caso utilizando o método de pesquisa qualitativa. A aplicação da pesquisa qualitativa neste trabalho proporcionou o fortalecimento, assim como elucidou os dados e as informações. Essa abordagem metodológica de investigação proporciona uma maior aproximação com o objeto em estudo possibilitando uma análise e interpretação mais completa do pesquisador.

Sobre essas características de uma pesquisa qualitativa, Godoy (1995) afirma que se deve levar em conta o ambiente como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento chave e exige uma maior preocupação a interpretação de fenômenos e a atribuição de resultados. Nesta etapa foram estabelecidos alguns objetivos para analisarmos as ações do gestor de uma escola municipal em Quinze de Novembro, com a finalidade de que a escola se torne efetivamente uma escola inclusiva:

- Ao analisar o papel do gestor na construção do processo da educação inclusiva e suas práticas na gestão no processo de inclusão;
- Compartilhar dúvidas e inquietações acerca da prática pedagógica;
- Socializar experiências positivas e dificuldades encontradas na construção de uma educação infantil inclusiva;
- Refletir sobre o papel da mediação social para a necessária transformação cultural no interior da escola.

Os instrumentos utilizados nesta pesquisa foram conversas e um questionário (Apêndice A) que foi entregue a cinco professores, e um questionário a direção da escola.

Segundo Martins (2008) o pesquisador precisa ficar atento ao planejar a entrevista, ter algum conhecimento prévio sobre o entrevistado, falar pouco, ser um bom ouvinte e registrar os dados e informações durante a entrevista.

4.1 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Na pesquisa foi utilizado um questionário (Apêndice – A) destinados aos professores, e gestores, a fim de coletar informações do grupo onde foi analisado o contexto e fenômenos envolvidos no estudo de caso. Além do questionário foi realizada também uma investigação da documentação da escola como o Projeto Político Pedagógico e o regimento escolar.

O estudo foi realizado em uma escola municipal de educação infantil e a pesquisa contou com a participação dos Diretores, equipe pedagógica, professores, pais.

4.2 INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Para atingir esses objetivos foi realizado no primeiro momento uma pesquisa bibliográfica, que consistiu na revisão da literatura para uma melhor definição do problema, oportunidade de pesquisa e para um melhor subsídio do referencial teórico. Este momento foi fundamental para a formulação do problema de pesquisa e a construção de questionamentos. No segundo momento constitui um trabalho de campo onde foi utilizado como técnicas a coleta de dados a entrevista aberta e o questionário. Este questionário abordou:

- A) O significado de uma Escola Inclusiva e se escola é realmente inclusiva no ponto de vista do educador;
- B) Como gestor e educador encara a inclusão na escola e comunidade escolar;
- C) Dificuldades encontradas para a inclusão acontecer de forma efetiva na escola;
- D) Ações importantes para a gestão assegurar a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais;
- E) O PPP da escola contempla a inclusão;

No terceiro e último momento passou-se para a análise das informações colhidas em campo, em que este ocorreu de modo constante durante toda a pesquisa. Também foi realizada a análise formal e sistemática dos dados.

5. ANÁLISE DAS AÇÕES

A escolha da instituição foi feita por se tratar de uma escola de educação infantil, e por ter alunos com necessidade educativas especiais entre eles, e a proposta deste trabalho baseia-se na pesquisa sobre o papel da gestão democrática diante da inclusão dos alunos especiais. Na análise de dados foi observado no PPP da escola, principalmente os itens que se refere à inclusão. Por existir este vínculo, optou-se por questionários objetivos com perguntas fechadas. As entrevistas foram realizadas dentro do ambiente escolar e os questionários foram entregues a cada participante, e foram esclarecidos os objetivos da pesquisa. Os entrevistados responderam aos questionários sem maiores problemas, demonstraram-se receptivos. A diretora aceitou a pesquisa e afirmou que é bom divulgar o trabalho da escola, e demonstrar o trabalho realizado através das pesquisas acadêmicas. Foram desenvolvidos vários encontros, onde foram debatidos a realidade da escola, que trabalha de forma construtiva e democrática, que se depara com as dificuldades de inserir de forma participativa os alunos com necessidades especiais no dia a dia da escola, pois a escola não possui profissionais capacitados, nem sala de recursos, e as ações que podem ser realizadas.

Durante a pesquisa foram realizados vários encontros de formação com os professores e equipe gestora, baseando-se em um estudo descritivo e exploratório tendo como objetivo analisar a inclusão dos alunos com necessidades especiais. As perguntas que compuseram o questionário foram objetivas. Por meio da entrevista buscou-se compreender o papel do gestor frente à inclusão. A base documental da pesquisa foi o PPP da escola.

QUADRO 1 – resumo das ações no Projeto de Intervenção

Data e Ação Realizada	Participantes/ Segmentos	Objetivos	Estratégias/Procedimentos	Avaliação das ações		
				Aspectos positivos	Dificuldades/desafios	Encaminhamentos
15/12/14	Equipe gestora DMED	Estudar PPP, e pontos a serem abordados	Colocar a equipe gestora a par das ações serem realizadas	Interesse pelo assunto	Pouco tempo	Marcar encontro com equipe escolar
04/02/15	Equipe gestora, professoras, DMED	Abertura do ano letivo, rever alguns aspectos do PPP	Apontamentos sobre principais metas do PPP	Colaboração e envolvimento	Desafiar o grupo para a inovação;	Marcar encontro com a equipe gestora
	Equipe Gestora	Reavaliar os	Discussão como a inclusão está	Trabalho	Pouco tempo, colocar	Começar a organizar

06/03/15		aspectos abordados no PPP	acontecendo na escola	produtivo, interesse	em prática	ações para a execução da proposta
25/03	Equipe gestora, professoras, auxiliares de ensino	Discutir com o grupo a inclusão e atendimento de alunos com necessidades especiais na escola	Apontamentos, o que temos e o que precisamos para melhorar este atendimento	O querer aprender	Pouco conhecimento e dúvidas	Buscar maiores esclarecimentos sobre o atendimento de crianças especiais e o papel da escola
06/04/15	Equipe gestora	Avaliar o trabalho já realizado,	Elaborar um questionário para os professores e auxiliares de ensino	Trabalho em equipe	Tempo previsto	Distribuir questionário

Para quantificar a pesquisa, foi distribuído questionários para professores e gestor totalizando seis pessoas entrevistadas, sendo este distribuído após um trabalho amplo de discussões e debates, com o objetivo de elencar e obter soluções paliativas sobre esta realidade na escola. Dividimos em quatro dimensões.

A primeira dimensão foi colocado da importância do tema, “significado de uma escola inclusiva, se inclusão é uma realidade e como acontece na escola e na comunidade” nesta primeira etapa todos foram unânimes em dizer que uma escola inclusiva acolhe todas as crianças respeitando sua diversidade e as suas diferenças, com espaços físicos adequados, sala de recursos, profissionais capacitados. Segundo Montoan (2003) “Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças”, viabilizando este contato tão importante, cultivando desde cedo nas crianças a importância da valorização.

Os entrevistados consideram que a inclusão acontece na sua escola, pois recebem com muito amor os alunos com necessidades educacionais especiais, porém colocam sua aflição por não poder atendê-los de acordo com suas necessidades. Deixando claro o reconhecimento da comunidade escolar, na qual a escola está inserida, pois é composta de diferentes culturas, estando a comunidade aberta para esta realidade, contribuindo sempre de forma positiva.

Ao falar em inclusão, o gestor coloca:

No meu entender, defendo a inclusão de todos os indivíduos em escolar regulares, desde que haja uma discussão mais profunda acerca do termo inclusão. A escola inclusiva deve proporcionar oportunidades curriculares adequadas, respeitar o ritmo individualizado de aprendizagem e assegurar uma educação de igualdade para todos. Penso a inclusão não como um dever, mas como um direito de todos de pertencer a um grupo. Como escola inclusiva precisamos nos reorganizar e melhorar o atendimento que excluem

a nossos alunos, nesta perspectiva precisamos sair do comodismo e como nossa obrigação, fazer valer o direito de todos à educação.

Na segunda dimensão são abordadas “as dificuldades para acontecer à inclusão de forma efetiva na escola” Ponto este muito importante, pois nele está toda nossa discussão, ficando claro as dificuldades encontradas no dia a dia.

Entende-se por Educação Inclusiva o atendimento a todas as crianças em escolas do ensino regular, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades; ressalvados os casos nos quais se demonstre que a educação nas classes comuns não pode satisfazer às necessidades educativas ou sociais da criança ou quando necessário para o bem-estar da criança. (BRASIL, 2003).

Neste ponto, a escola encontra barreiras diárias, pois a principal dificuldade apontada foi a falta de formação dos professores, e a falta de conhecimento para atender essas crianças especiais. E isto fica claro também na LDB: “Escolas inclusivas devem reconhecer e responder as necessidades diversas e seus alunos acomodando ambos os estilos e ritmo de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado dos arranjos organizados, estratégias de ensino e parceria com as comunidades.” Parcerias que a escola em estudo busca com outras entidades do município vizinho (BRASIL 1996).

Outro ponto abordado foi a falta de uma sala de recursos e profissionais para esta demanda.

Em termos de aspectos legais, as escolas encontram-se despreparadas, Carvalho (2004) entende que para incluir um aluno há necessidade de se criar mecanismos que garantam o sucesso educacional, social e emocional entre os alunos e entre professores e aluno. Neste ponto entra em discussão os recursos materiais e físicos, que a grande maioria inclusive a escola em estudo, não dispunham tradicionalmente, e os professores foram formados para atender a classes homogêneas, entende-se que enquanto as políticas públicas criam leis para garantir o acesso do NEE na escola regular, a escola convive com o problema que está longe de ser resolvido.

A terceira dimensão seria o “papel da gestão democrática na inclusão”. Os professores e gestores apontam que com participação e envolvimento de todos, de forma construtiva e democrática é a melhor forma de construir um novo caminho para a inclusão.

Nesta visão Araújo, 2005 coloca “ A gestão escolar democrática evidencia caminhos por uma escola que tenha expressão da liberdade e diversidade, “lidar com a diversidade e o conflito de ideias, com as influências da cultura, e com os sentimentos e emoções presentes nas relações

dos sujeitos consigo mesmo com o mundo a sua volta” .Colocando a diversidade de culturas apresentadas na escola como um ponto positivo que deve ser explorado e respeitado, abrindo a escola para esta participação da comunidade escolar nas decisões coletivas da escola, tentando fazer da escola um espaço acolhedor, participativo democrático, que respeita as diferenças. Também um professor coloca:

A gestão democrática e a inclusão devem caminhar juntas para atender as necessidades, sendo que para ser democrático deve haver participação de todos os segmentos e o convívio, aceitação e interesse pelo ajudar oferecendo assim o direito de aprender aprender [...] conviver.

Na última dimensão apresentamos ações que o gestor possa realizar, que o quadro de profissionais acham importantes para assegurar a inclusão e permanências destas crianças na escola: Em trecho o professor destaca:

Primeiramente ter a convicção de estar certo de que a escola é para todos. Receber a criança e sua família bem, passar confiança dar suporte necessário para o professor, buscar estar em constante formação e aprendizagem sobre as diversas necessidades educativas.

Neste ponto todos concordam que a escola é para todos, recebendo a criança e a família, passando confiança, buscando alternativas na qualificações de profissionais. Outro ponto abordado é a validação das ações previstas no PPP da escola, que regem a escola, buscando dialogar com famílias, professores, funcionários e comunidade escolar, continuando a busca por parceiras com entidades especializadas como as APAES, que possam atender de forma qualificada estas crianças, sem deixar de lado ainda a inserção de uma sala de AEE e profissionais capacitados para atendê-los. A inclusão, no contexto escolar proposto pelo gestor, é a convivência com a diversidade, colocando-se diante de um paradoxo, no qual igualdade e diferença são defendidos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A LDB garante a inclusão do estudante especial como um direito e o gestor deve contribuir com a lei e com a normatização referente ao acesso dos alunos com Necessidades Educativas Especiais, no ensino regular.

Portanto é essencial que o poder público, federal, estadual e municipal encare os problemas referentes à educação para todos de frente, não como um favor a nós e sim como uma obrigação para todos, obrigação esta que deve ser cumprida.

Há muitas dificuldades na construção de uma escola inclusiva. A LDB fala de igualdade, respeito, qualidade dos direitos, cabe a todos cumpri-las ou cobrar o seu cumprimento. “Construir uma educação emancipadora e inclusiva é instituir continuamente novas relações educativas numa sociedade contraditória e excludente” (BRASIL, 1996).

No decorrer deste trabalho, pude concluir que a inclusão de crianças com Necessidades Educativas Especiais na Escola é um processo que exige respeito, dedicação e compreensão ao próximo, tanto das instituições de ensino, quanto as pessoas que recebem este aluno, aceitando as diferenças de cada um. É preciso que, antes de tudo o próprio aluno com Necessidades Educativas Especiais se aceite dentro de seus limites para que seja incluído na sociedade.

Os resultados do estudo apontam que os avanços em torno da proposta inclusiva de modo a garantir a todos o direito, que tem sido incessante. Assim percebeu-se a preocupação do gestor em garantir a acessibilidade as crianças com necessidades educativas especiais, em conjunto com todos, de forma participativa, fazendo a gestão democrática um elo de liderança onde todos podem contribuir de forma positiva para que realmente a escola seja inclusiva, permitindo o acesso e permanência das crianças com necessidades especiais educativas. Assim Cury (2006, p.3) afirma “a primeira garantia é que ele esteja inscrito no coração de nossas escolas cercado de todas as condições. Nesse sentido, o papel do gestor é de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições”.

Também ficou claro, pela análise dos dados dos questionários, que os professores e a gestão tem ciência de suas dificuldades e das exigências educacionais para a efetivação do processo de inclusão, pois isto, requer desde espaço físico, profissionais capacitados e também uma formação continuada de todos os profissionais.

A nova Política de Educação Inclusiva, enquanto política pública, tem sustentado novas propostas no campo da Educação Especial, no que diz respeito à formação dos profissionais para atuarem na área.

Sabemos que educar uma criança com necessidades educativas especiais é uma experiência nova para o professor e também um desafio. Para ensinar a turma toda se parte do pressuposto que todo educando pode aprender, porém, nos métodos e no jeito que lhe são apropriados, sendo essencial que o professor se qualifique. Na escola em questão o gestor deixa claro que sempre a escola vai estar aberta para crianças com necessidades especiais, porém entende que precisa buscar em conjunto com toda a comunidade escolar de forma democrática e participativa formas de consolidar as práticas pedagógicas voltadas a garantir as possibilidades nas modificações do seu sistema educacional.

O sucesso da aprendizagem esta em explorar, possibilidades, talento e as predisposições atuais do aluno. As deficiências, as dificuldades, e limitações precisam ser reconhecidas, mas não devem restringir o processo de ensino. As escolas devem avaliar as inovações em seu projeto político pedagógico para julgarem a necessidade de programar propostas inclusivas na escola comum.

Os resultados do estudo apontam que os avanços em torno da proposta inclusiva, tem sido incessante, pensando sempre em um sistema educacional inclusivo, com participação de todos gestores, educadores e família. No município de Quinze de Novembro podemos dizer que através dos dados apresentados, a escola em estudo tem intensificado seu trabalho em atender as crianças com necessidades especiais, deixando claro a necessidade de uma ação conjunta entre gestores para conseguir recursos apropriados para esta demanda, estando a escola aberta para sempre atender as diferenças, porém precisa saber que no momento não está totalmente apta para esta demanda.

Sabe-se que tratar de Inclusão Escolar de fato ainda é divergente, não se tem um único método, ou formula para ter êxito no que tange a proposta inclusiva. Propor medidas, conceitos e reavaliações educacionais sobre como ensinar e como aperfeiçoar os docentes para esse tipo de educação torna-se a ferramenta imprescindível ao alcance dos objetivos que a escola inclusiva propõe ao aluno deficiente.

Diante de tudo que foi colocado neste trabalho percebe-se a relevância do papel da gestão escolar diante da construção da escola inclusiva, pois cabe à gestão escolar garantir a acessibilidade aos alunos com necessidades educacionais especiais, bem como a gestão democrática e participativa que garantam a possibilidade de modificação do atual sistema de educação escolar. O gestor, apesar das dificuldades encontradas ao longo do exercício da sua função, deve procurar com o apoio de sua equipe buscar soluções para que os alunos com necessidades educativas especiais permaneçam na escola e tenham sucesso em suas

aprendizagens. Nesse sentido, o papel do gestor é o de assumir e liderar a efetivação desse direito no âmbito de suas atribuições.

Assim, uma escola inclusiva requer um repensar na estrutura escolar, um currículo adaptado para as diferenças de ritmos de aprendizagem, uma formação de todos os envolvidos, de ações dos gestores, de um PPP que envolva atitudes inclusivas e, sobretudo de uma perspectiva que permita a permanência dos alunos com necessidade educativas especiais

O que podemos concluir na pesquisa realizada é que a realidade educacional referente à inclusão da criança com necessidades educativas especiais na educação infantil, ainda precisa passar por estudos sobre o processo educativo. A inclusão escolar no contexto da Educação Infantil é possível, contudo este é um caminho repleto de desafios a serem enfrentados por nós cidadãos, educadores e pais, com conhecimento, determinação e amor, pois a educação infantil é o início de uma longa caminhada para aceitar as diferenças e a diversidade existente

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luiz Alberto David; NUNES JUNIOR, Vidal Serrano. **Curso de direito constitucional**. 14. Ed. – São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

_____. (Org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 15. ed. Campinas: Papirus, 2002.

ARAÚJO, Ulisses F. **Escola, democracia e a construção de personalidades morais**. Campinas, 2005.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Plano Nacional de Educação**. Brasília. 09/01/2001.

_____. Senado Federal. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Câmara dos Deputados, 3ªed. Brasília, 2011.

_____. Lei nº 3218. **Dispõe sobre a universalização da Educação Inclusiva nas escolas da rede pública de ensino do Distrito Federal e dá outras Providências**. Brasília, 2003.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Secretaria de Educação Especial - MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Adaptações Curriculares: estratégias para educação de alunos com necessidades especiais. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto; Secretaria de Educação Fundamental, 1998.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Especial. Educação Inclusiva**. Versão preliminar, 2006. Brasília. SEESP, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Conselho Escolar e o respeito e a valorização do saber e da cultura do estudante e da comunidade**. Brasília: MEC; SEB, 2004. v. 3.

BARBIER, R. **A pesquisa –ação**. Brasília: Plano, 2002.

BERSCH, R.; MACHADO, R. **Conhecendo o aluno com deficiência física**. In: SCHIRMER, C. R.; BROWNING, N.; BERSCH, R.; MACHADO, R. *Atendimento educacional especializado: Deficiência física*. SEESP/SEED/MEC. Brasília, 2007.

BEYER, Hugo Otto. **Inclusão e Avaliação na Escola de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais**. Porto Alegre. Editora Mediação, 2005.

BIAGGIO, Rita de. **A inclusão de crianças com deficiência cresce e muda a prática das creches e pré-escolas**. Revista Criança, Brasília, n.44, p.19-26, nov.2007.

CARNEIRO, Relma U. C. **Formação sobre a gestão escolar inclusiva para os diretores de escolas da Educação Infantil**. Tese - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2006.

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2007

CURY, C. R. J. **O direito à educação: um campo de atuação do gestor**. Brasília: Ministério da Educação, 2006.

CURY, C. R. J., **O Conselho Nacional de Educação**. In OLIVEIRA, M.A.M. (org.) Gestão educacional novos olhares novas abordagens. Petrópolis: Vozes, 2005.

DRAGO, Rogério. **Inclusão na Educação Infantil**. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.

DUTRA, CR, GRIBOSKI, GM. **Gestão para inclusão**. Revista Educação Especial, 2005. Disponível em <http://corolx.Ufsm.br/revece/ceesp/2005/02/a1htm>. Acesso em 29 de Novembro de 2013.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Pedagogia da Pesquisa- Ação**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n. 3, P483-502, set./dez.2005.

FRELLER, Cintia C.; FERRARI, Marian A. de L. D.; SEKKEL, Marie C. **Educação Inclusiva: percursos na educação infantil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

GADOTTI, Moacir. **História das idéias pedagógicas**. São Paulo. Ática, 2001.

HADDAD, S.; GRACIANO, M. **A educação entre os direitos humanos**. Campinas: Autores INCLUSÃO – REVISTA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL. Secretaria da Educação Especial, 2006.

LÜCK, H. **A dimensão participativa da gestão escolar**. Gestão em Rede (Brasília), Curitiba, v. 57, n. out, p. 1- 6, 2004.

_____,H. **A evolução da Gestão Educacional, a partir da mudança pragmática**. Revista Gestão em Rede, n. 3, p. 13-18, 1997.

_____, H. **Dimensões da Gestão Escolar e suas Competências**. 2. ed. Curitiba: Editora Positivo, 2009. v. 1. 143 p.

LÜDKE, Menga; ANDRÈ, Marli E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Maria Aglaê de Medeiros. **Desafios a serem enfrentados na capacitação de gestores escolares**. Em Aberto, Brasília, 2000.

MAINIERI, Simone, **Documento subsidiário à política de inclusão/** Simone Mainieri Paulon, Lia Beatriz de Lucas Freitas, Gerson Smiech Pinho. Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensinando a turma toda. Revista Pátio – Revista Pedagógica** ano V, n. 20, Diversidade na Educação, Fev./abr. 2002.

MANTOAN, M.T.E. **Inclusão escolar: o que é? por que? como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINS, G. A. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa.** 2ª. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MENDES, E. G. **Inclusão marco zero: começando pelas creches.** Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2010.

MITTLER, P. **Educação inclusiva: contextos sociais.** Porto Alegre: Artmed, 2003.

PARO, Victor Henrique. **Gestão democrático da escola pública.** São Paulo, ÁTIVA. 2001.

PAROLIN, Isabel Cristina Hierro. **Aprendendo a incluir e incluindo para aprender.** São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

QUINZE DE NOVEMBRO. **Proposta Político Pedagógica: EMEI Pequeno Polegar Profª Gerarda Michels Prante,** 2010.

RICHARDSON. J. ROBERTO. **Como fazer pesquisa ação?**

SANT'ANA, Izabella M. **Educação inclusiva. Concepções de professores e diretores.** Psicologia em estudo. Maringa. V10 n2, p 227-234. Maio/agosto. 2005.

SOUZA, S. M. Z. **Avaliação institucional elementos para discursão. Escola democráticas: concepções,** 2006. Disponível em: <http://gestores.mec.gov.br>. Acesso em 06 de agosto de 2014.

TEZANI, Thais. C.R. **Os caminhos para a construção da escola inclusiva: a relação entre a gestão escolar e o processo** Universidade Federal de São Carlos. 2004.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 23. ed. Campinas: Papyrus, 2001.

ZÓRTEA, Ana M. **Inclusão na Educação Infantil: as crianças nos (des)encontros com seus pares.** 2007. 237 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2007.

APÊNDICE – A: Questionário utilizado na pesquisa

A presente pesquisa tem por objetivo realizar uma investigação sobre o processo de inclusão e quais as práticas desenvolvidas pelo gestor para a efetivação deste processo, podendo assim a vim a ser considerada como escola inclusiva.

QUESTIONÁRIO

Esta pesquisa tem como finalidade a conhecer a opinião dos diferentes segmentos da escola sobre o processo de inclusão e quais as práticas desenvolvidas pelo gestor para a efetivação deste processo, podendo assim a vim a ser considerada como escola inclusiva.

- 1- Qual o significado de uma Escola Inclusiva para você?
- 2- Você considera sua escola realmente inclusiva? Por quê?
- 3- Como você encara a inclusão na escola e comunidade escolar?
- 4- Descreva algumas dificuldades encontradas para a inclusão acontecer de forma efetiva na sua escola.
- 5- Descreva algumas ações, que considere importante, do gestor para assegurar a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais. Na sua opinião a gestão democrática e inclusão caminham juntas?
- 6- O PPP da sua escola contempla a inclusão? De que forma?